

Sem imprevistos, a votação será terça

A não ser que se decida dar mais um pouco de tempo para uma última tentativa de acordo, terça-feira será mesmo tomada a deliberação sobre o sistema de Governo: se o País continuará sendo presidencialista ou se será mantida a mudança para o parlamentarismo, proposta pelo projeto da Comissão de Sistematização.

Falta pouca coisa para ser votada até se chegar ao art. 90 do projeto — o ponto decisivo, pois é o que define as atribuições do presidente da República e por isso mesmo ali se concentrarão as duas principais emendas: a presidencialista e a parlamentarista, está pretendendo aperfeiçoar a proposta da Sistematização.

O que falta para ser votado são alguns incisos e artigos referentes às atribuições, à composição e ao funcionamento do Tribunal de Contas da União, para completar a parte relativa à fiscalização financeira, orçamentária e operacional da administração federal e concluir também o capítulo que trata do poder legislativo. Não há maiores divergências. A proposta do Centrão praticamente repetiu a da Sistematização. As poucas emendas destacadas para votação destinam-se a aperfeiçoar e tornar mais rigoroso o mecanismo de fiscalização. Só não foram votadas na tarde de sexta-feira porque, com apenas pouco mais de 300 constituintes em plenário, seus autores temeram não conseguir os 280 votos mínimos necessários à aprovação e se retiraram do recinto, fazendo encerrar a sessão por falta de quórum.

Fórmula

Amanhã, a Constituinte volta a reunir-se à tarde e, até a noite, a votação dessa matéria deverá estar concluída. Será então iniciado o exame do capítulo referente ao poder Executivo, começando-se justamente pelo art. 90.

O primeiro substitutivo a ser colocado em votação será o presidencialista, resultado de uma fusão de emendas de Humberto Lucena (PMDB—PB), Vivaldo Barbosa (PDT—RJ), Edison Lobão (PFL—MA), Theodoro Mendes (PMDB—SP) e Maurílio Ferreira Lima (PMDB—PE). Está assinado por 353 constituintes. Mas como nos costumes parlamentares assinatura não significa compromisso de voto, e sim simples apoio que pode não passar de cortesia para com o colega que pede a assinatura, o substitutivo pode não alcançar os 280 votos mínimos necessários. Nesse caso, por força do regimento, ainda não estará perdido. Será submetido a nova votação no dia seguinte, essa, sim, decisiva. E então, se novamente não obtiver número, será a vez do outro substitutivo, o parlamentarista, subscrito por Egidio Ferreira Lima (PMDB—PE) e apoiado por outros 340 constituintes, o qual passará pela mesma tramitação. Se também não for aprovado, entrará em votação o texto da Sistematização. Se também não lograr aprovação, estará aberto mais um «buraco negro». Caberá ao relator, dentro de um prazo de 48 horas, promover nova rodada de entendimentos e tentar encontrar uma fórmula aceitável pela maioria.



Presidente da Constituinte prega cinco anos e parlamentarismo

Richa prevê novos partidos a partir de "racha" no PMDB

Marcondes Sampaio

O senador peemedebista José Richa afirmou ontem, que logo após a conclusão dos trabalhos da Constituinte o PMDB, o PFL e o PDS deverão passar por perdas substanciais nos seus quadros, abrindo-se, com isso, condições para a formação de novos partidos. Uma dessas legendas, segundo o senador, resultará do «racha», que ele considera inevitável, no PMDB, em razão das divergências existentes em relação a questões como o sistema de Governo e a duração do mandato presidencial.

O líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, acredita que antes mesmo da promulgação da nova Carta já estarão acelerados os entendimentos para a criação da nova sigla. A seu ver, a votação do mandato do presidente José Sarney será um marco importante para a definição da maioria dos peemedebistas, sobretudo dos «históricos», que se

dispõem a deixar o partido se o mandato for de cinco anos.

Discrição

Richa e Fernando Henrique Cardoso são dois dos nomes que os descontentes do PMDB consideram fundamentais à formação da nova legenda, mas esse partido poderia ser engrossado por lideranças ainda mais expressivas, como Mário Covas e o ex-governador de São Paulo, Franco Montoro.

Covas mantém-se numa atitude de bastante discrição em relação ao tema, mas sua adesão à proposta ainda é esperada por alguns peemedebistas. O deputado mineiro Ziza Valadares acredita que, se o senador paulista engajar-se no projeto de formação da nova legenda, «ela nascerá muito forte, com a participação de pelo menos 80 dos 255 deputados do PMDB». Por enquanto, o único indício de que Covas pode aderir à idéia é a sua irredutibilidade na defesa de um mandato de quatro anos para o

presidente Sarney. Derrotado nessa causa, o caminho natural do senador, segundo seus correligionários, seria partir para o projeto do novo partido.

As razões de Montoro seriam semelhantes às de Covas. Ele também insiste na realização de eleições presidenciais este ano e, em entrevista concedida na última quinta-feira, deixou claro que a tendência dos «históricos» do PMDB é a de buscar «outra solução» caso seus objetivos não prevaleçam no partido.

Para a deputada Cristina Tavares, do «Movimento de Unidade Progressista», o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, está dando uma «grande contribuição», à idéia do novo partido, diante do seu engajamento na proposta de parlamentarismo com cinco anos. Isso, na sua opinião «só acelera os acontecimentos, facilitando a definição de constituintes que ainda relutam em deixar o PMDB».

Otimismo de Alceni já não é o mesmo

Em meio ao otimismo dos descontentes, o deputado paranaense Alceni Guerra do PFL, começa a dar sinais de desencanto com a formação de novos partidos, por entender que o atraso nas providências para isso está provocando descrédito em áreas que potencialmente seriam suas bases municipais. Alceni é um dos três pefelistas que vêm articulando a nova legenda, que tem como núcleo principal os peemedebistas que defendem um mandato de quatro anos para Sarney (os outros dois são o maranhense Jaime Santana e o secretário-geral do PFL, Saulo Queiroz).

Para o representante do Paraná, a hesitação dos peemedebistas poderá frustrar a idéia do novo partido, tendo em vista que há muitos descontentes que querem uma definição já. Na última quinta-feira, por exemplo, deixaram esse partido os deputados José Carlos Sabóia, do Maranhão, e Raquel Capiberibe, do Amapá, que se filiaram ao Partido Socialista Brasileiro, sigla que mês passado recebeu a peemedebista Abigail Feitosa e, semanas antes, o paraense Ademir Andrade.

Outro caminho para os descontentes é o PDT, para onde se transferiu recentemente o capixaba Nelson Aguiar, e que pode representar a opção do senador gaúcho José Paulo Bisol.

Outro problema provável de ocorrer é o de excesso de lideranças. Caso típico seria o de São Paulo, na hipótese de os senadores Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso e o ex-governador Franco Montoro optarem pelo novo partido. Os três são considerados «presenciáveis» e isso poderia reacender, na nova sigla, as divisões existentes no PMDB. (MS)

Constituinte dá facilidades

Arquivo 05/6/87

Uma das razões do otimismo para a formação de um novo partido é a facilidade criada pelo projeto da futura Constituição que, no artigo 19, já votado, assegura plena autonomia às organizações partidárias. No artigo 49 das disposições transitórias, a ser ainda submetido ao plenário, fica estabelecido que, nos seis meses posteriores à promulgação da Constituição, parlamentares federais, reunidos em número não inferior a 30, poderão requerer ao Tribunal Superior Eleitoral o registro de novo partido político, que poderá participar das eleições «que vierem a ser realizadas nos doze meses seguintes à sua formação».

O senador gaúcho José Paulo Bisol, um dos que estão decididos a deixar o PMDB, teme que, diante da ameaça de racha existente no partido, a cúpula peemedebista comandada por Ulysses Guimarães venha a desenvolver um trabalho pela derrubada do dispositivo, para impedir a criação da nova sigla. Essa hipótese, contudo, é afastada pelo senador José Richa, que considera o artigo 49, como o de aprovação mais certa entre todos os que serão ainda votados.

«Esse artigo representa um seguro para todos nós diante das incertezas em relação ao futuro. Mesmo os constituintes que no momento não pretendem deixar seus partidos votarão a favor, porque não sabem o que os aguarda até o final do ano».

O deputado Ziza Valadares, um dos fundadores do PMDB mineiro, tem a mesma opinião de Richa e acrescenta mais um dado, a seu ver favorável, à criação do novo partido: o fato de o PMDB realizar convenções municipais no próximo domingo, sendo previsível que muitos dos grupos derrotados nessas convenções venham a aderir



Bisol teme represália interna

à idéia. Em Minas Gerais, segundo Ziza, 10 deputados federais estão dispostos a deixar o PMDB, transferindo-se para uma nova legenda.

Com a experiência de ex-secretário-geral do PMDB mineiro, ele assegura que não haverá problema para a estruturação de um novo partido a nível nacional e que ele participe das eleições municipais de novembro, em todo o País. Mesmo pela legislação em vigor, basta que uma comissão provisória de cinco membros — e não a convenção municipal — indique os candidatos a prefeito e a vereador.

O deputado paranaense Nelton Friedrich tem a mesma visão otimista de Ziza Valadares, observando que, nos municípios em que o PMDB tiver «bons candidatos» o novo partido poderia participar do pleito, em coligação. (M. S.)

20.03.88

5BR

P.3